

## O Discurso Nosso de Cada Dia: a Análise do Discurso e o Pós-estruturalismo

**Autoria:** Eloisio Moulin de Souza, Pablo Alexandre Gobira de Souza-Ricardo

### Resumo

Este artigo pretende discutir quais seriam as principais diferenças epistemológicas que delimitariam o campo de análise do discurso utilizada pela lingüística estruturalista e pelo pós-estruturalismo. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica se analisou as obras de Fiorin e Bakhtin, e o pós-estruturalismo de Michel Foucault. Apesar de apresentarem alguns pontos em comum, tais como, constituição histórica do homem, inexistência de um sujeito produtor e criador de discurso e valorização do estudo das práticas sociais, estas correntes da análise do discurso tem suas especificidades e não são similares na forma de analisar o discurso. Dentre as principais diferenças existentes pode-se afirmar que o pós-estruturalismo foucaultiano não dá um valor preponderante ao econômico e à ideologia em sua análise do discurso, como o faz Bakhtin e, posteriormente, Fiorin.

### 1 Introdução

A análise do discurso, como uma forma de se estudar os fenômenos relacionados com o mundo organizacional, tem sido utilizada por diversos autores. Nos estudos organizacionais brasileiros destacam-se os trabalhos recentes de Carrieri *et al.* (2005a; 2005b), Cavedon (2005), Cavedon e Ferraz (2005) Ichikawa e Ichckawa (2006), Alves *et al.* (2006) e Souza *et al.* (2006) que empregam ou questionam as formas de utilização da análise do discurso no campo organizacional.

Contudo, parafraseando Reed (1998), observa-se que, da mesma forma que a teoria organizacional, a análise do discurso é um campo historicamente contestado. Entretanto, o que significa essa contestação? Em que se aplica?

A análise do discurso é um campo historicamente contestado porque existe uma diáspora no que se denomina “análise do discurso”, diáspora essa que produz uma Babel de formas para se estudar e compreender o discurso. Assim, a diversidade de formas de analisar o discurso produzido pelo homem, todas elas camufladas sob a única denominação de “análise do discurso”, formam um campo heterogêneo e múltiplo.

Gill (2002) afirma que não há uma “análise do discurso”, mas diversos estilos de análise. O que os diferentes estilos de análise compartilham “é uma rejeição da noção realista de que linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2002, p.244).

Sabe-se que a análise do discurso foi constituída também como uma crítica às abordagens positivistas, provocando um grande tremor e se tornando muito utilizada pelo estruturalismo e pós-estruturalismo (POTTER, 1996). Para Gill (2002), existem cinquenta e sete formas de análise do discurso. Portanto, tal variedade torna quase impossível traçar as diferenças epistemológicas entre elas. Desse modo, para facilitar uma análise das diferenças epistemológicas entre as “análises de discurso”, Gill (2002) defende que há três tradições teóricas que caracterizam epistemologicamente a maior parte das formas existentes de

análises do discurso, são elas: lingüística crítica, etnometodologia/teoria do ato da fala/análise da conversação e o pós-estruturalismo.

A lingüística crítica é composta por diversas abordagens de estudo do discurso (GILL, 2002). Incluem-se aqui as abordagens denominadas de semiótica social, ou crítica, e estudos da linguagem, ou seja, a lingüística crítica tem como traço a influência do estruturalismo e da semiótica em suas análises (HODGE; KRESS, 1988; KRESS; HODGE, 1979). A etnometodologia e a teoria do ato da fala procuram analisar as estratégias utilizadas no discurso para se obter um determinado intento, não importando em estudar as relações do discurso com o contexto social/histórico (GILL, 2002). Por último, o pós-estruturalismo descarta a crença de que o homem seja autônomo, coerente e unificado, não se preocupando em procurar hermeneuticamente os discursos, mas sim em interpretá-los de uma forma histórica (FOUCAULT, 1999a; 2004a).

Portanto, sendo a análise do discurso uma multiplicidade de enfoques desenvolvidos por diferentes abordagens teóricas, este artigo pretende trazer em discussão quais seriam as principais diferenças epistemológicas que delimitariam o campo de análise utilizada pela lingüística crítica e pelo pós-estruturalismo. Assim, para que o trabalho possa cumprir o seu intento, serão abordadas essas tradições de pensamento por meio da análise bibliográfica de alguns dos seus autores precursores. Primeiramente, abordar-se-ão as idéias principais incorporadas pela lingüística crítica para, posteriormente, se analisar o grupo pós-estruturalista. Por fim, será feita uma análise das diferenças existentes na expressão “análise do discurso” contidas nas duas linhas.

## **2 A Morte do Homem na Lingüística Crítica**

A lingüística crítica possui uma relação muito próxima com a disciplina da lingüística, entretanto, a sua implicação mais forte é com a semiótica e com a análise estruturalista. Na lingüística crítica a idéia central é de que o sentido de um termo não advém de qualquer “estrutura inerente da relação entre significante e significado, mas do sistema de oposições em que ele está inserido, colocando um desafio fundamental às discussões sobre ‘palavra-objeto’ da linguagem, que era vista como um processo de dar nome a algo” (GILL, 2002, p.246). Existem vários pesquisadores que trabalham com a lingüística crítica como forma de análise do discurso.

Bakhtin (1986) enfatiza em sua obra os estudos de enunciação e interação verbal, demonstrando que existe uma relação entre linguagem, sociedade e história. Para Bakhtin (1981), há uma grande interação entre linguagem e ideologia, pois o estudioso trata o enunciado como sendo objeto de uma cultura cujo significado depende de um contexto sociohistórico. Assim, o “texto-enunciado recupera estatuto pleno de objeto discursivo, social e histórico” (BARROS, 1999, p.01).

O dialogismo permeia a obra de Bakhtin (1986). Para ele, o dialogismo é o princípio que constitui toda linguagem ao mesmo tempo em que atua como significado do discurso. Tradicionalmente o dialogismo é entendido como sendo uma relação entre o transmissor e o receptor de uma mensagem, ou seja, uma relação eu-outro carregada de subjetivismo. Entretanto, Bakhtin não concebe o dialogismo como sendo uma relação que dependesse da subjetividade dos envolvidos. Para o crítico russo, o sujeito perde o papel de centro na análise do discurso, sendo esse papel ocupado pelas vozes sociais. Vozes estas que constituem o

sujeito como sendo histórico e ideológico. Brait (1999, p. 14), ao analisar Bakhtin, diz que o estudioso

afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.

Inúmeras vozes se manifestam no discurso - direcionado a um receptor – provocando o dialogismo. Os vários sentidos contidos nessas vozes surgem e se manifestam na oposição inerente às vozes identificadas. Assim, Bakhtin (1987; 1988) enfatiza as relações entre o enunciado e a enunciação, observando que a enunciação não é separada do enunciado, pois aquela é parte do processo de significação provocado pelo enunciado. Dessa forma, o discurso verbal é um fenômeno de comunicação cultural, sendo somente compreendido quando se leva em consideração o meio social em sua análise.

Para que a análise seja completa se faz necessário considerar não somente o contexto verbal, mas também o contexto extraverbal do enunciado. Brait (1999) afirma que para Bakhtin o contexto extraverbal é formado por três fatores:

- O espaço que é comum aos interlocutores que se relaciona com o visível;
- Conhecimento e compreensão comum sobre a situação que envolve os interlocutores;
- A avaliação que os interlocutores fazem dessa situação.

Existe na obra de Bakhtin (1981; 1987) a preocupação em estudar como o dito se relaciona com o não-dito, ou seja, como o verbal se relaciona com o extraverbal. Contudo, para o autor, o extraverbal não é a causa do enunciado, mas faz parte do enunciado como sendo parte integrante da formação de significados. Dessa forma, “para Bakhtin, o enunciado concreto, como um todo significativo, compreende duas partes: a parte percebida e realizada em palavras e a parte presumida” (BRAIT, 1999, p.20). Ora, se

a palavra presumida pode levar a pensar na situação como alguma coisa na mente do falante, como um ato subjetivo, ele [Bakhtin] demonstra que não é nesse sentido que o conceito está sendo usado. Segundo Bakhtin, é preciso considerar que, no processo de interação entre falantes, o individual e o subjetivo têm por trás o social e o objetivo: “O que eu sei, vejo, quero, amo, não pode ser presumido (pressuposto ou subentendido)”. Apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas os pontos em que estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado (BRAIT, 1999, p.20).

O discurso é um evento social, não se caracterizando como sendo um acontecimento contido em uma lingüística abstrata, nem como algo originado da consciência subjetiva do enunciador do discurso. O enunciado concreto nasce, vive e morre por meio de um processo de interação com o meio social, não sendo formado em um processo lingüístico abstrato (BRAIT, 1999).

Fiorin (2002) afirma que o discurso pode ser estudado de duas formas: pelos seus mecanismos sintáticos e semânticos. Esses mecanismos se relacionam com a produção do sentido ou da compreensão deles como algo cultural e historicamente produzido dialogicamente. Primeiramente, analisaremos quais seriam esses mecanismos sintáticos e semânticos na análise do discurso para, posteriormente, compreendermos a produção histórica do discurso.

De forma geral, a semântica dedica-se ao estudo dos significados. Dentre os mecanismos semânticos existentes Fiorin salienta os temas e figuras como os principais meios semânticos de concretização do sentido. A figura remete a algo que existe no mundo natural (abelha, rir, lua, frio, etc.), assim, ela é formada por todo “conteúdo de qualquer língua natural ou de

qualquer sistema de representação que tem como correspondente perceptível o mundo natural. [...] permite aplicar essa categoria a todas as palavras lexicais e não apenas aos substantivos como sempre fez a gramática” (FIORIN, 2002, p. 65). O tema se apresenta como mecanismo semântico oposto à figura, pois o tema é um mecanismo semântico que não remete ao mundo natural. Desta forma,

dependendo do grau de concretude dos elementos semânticos que revestem os esquemas narrativos, há dois tipos de texto: os figurativos e os temáticos. Os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro de realidade, representando, dessa forma, o mundo; os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significativa, estabelecendo relações e dependências. Os discursos figurativos têm uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa (FIORIN, 2002, p. 65).

A sintaxe do discurso está relacionada às projeções da instância da enunciação e às relações entre enunciador e enunciado. A instância da enunciação forma as categorias de tempo, espaço e pessoas por meio da utilização de *debreagem*. A *debreagem* “é o mecanismo em que se projeta no enunciado quer a pessoa (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado” (FIORIN, 2002, p. 41). Dessa forma, para Fiorin existem três *debreagens* enunciativas: pessoa, tempo e espaço.

Sendo a finalidade do discurso persuadir o outro a acreditar na mensagem que está sendo passada e não somente informar, o ato de se comunicar torna-se um jogo de interesses e manipulação com o objetivo de fazer com que o enunciatário passe a crer no que é comunicado. Assim, as relações entre enunciador e o enunciatário é uma forma de produção de sentido, onde o enunciador usa procedimentos argumentativos com o intento de fazer com que o enunciatário abrace e admita como sendo correto o sentido produzido (FIORIN, 2002).

Contudo, o que nos interessa aqui neste trabalho não são os percursos sintáticos e semânticos abordados por Fiorin. O principal aspecto a ser analisado aqui é a relação da obra do autor com o estruturalismo. Esta relação pode ser observada quando Fiorin (1997) analisa o discurso como algo cultural e historicamente construído. É exatamente na sua preocupação em estudar as relações entre a linguagem e a sociedade que se manifesta o cunho estruturalista de sua obra. Não obstante, antes de começarmos a discutir este tema na obra do autor é necessário fazermos uma observação: quando empregamos o termo estruturalismo não estamos nos referindo à lingüística estrutural contida nas obras de Lacan (1985) e Lévi-Strauss (1967).

Fiorin (1997) enxerga que a linguagem não é constituída apenas pela língua e pela fala, mas que também existe uma relação entre linguagem e ideologia. O lingüista salienta que pensar as relações entre linguagem e ideologia não é apenas afirmar que a linguagem é um instrumento de poder em que as classes dominantes por meio da linguagem estariam ridicularizando a palavra dos dominados. O que o autor quer enfatizar é o local em que se apresentam determinações ideológicas na linguagem, estudar como a linguagem transmite a ideologia e verificar o conteúdo “ideologizado” na linguagem.

Fiorin (1997) não acredita que a linguagem seja algo autônomo, mas a manifestação da vida real. No entanto, o autor adverte que a linguagem sofre determinações sociais, mas também possui certa autonomia em relação às formações sociais. Desse modo, para o autor não se deve conceber a linguagem como algo totalmente desvinculado da vida social, assim como não se deve reduzi-la puramente ao nível ideológico.

Entretanto, fala e discurso não tem o mesmo significado. Enquanto o discurso “são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo” (FIORIN, 1997, p. 11), a fala é a forma pela qual se exterioriza o discurso, ou seja, “a fala é a exteriorização psicológica-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso” (FIORIN, 1997, p. 11). Com base nisso, qual é a importância dessa diferença apresentada por Fiorin entre a fala e o discurso? Essa importância reside no fato de que a fala não é determinada pelo social, sendo apenas a forma de exteriorização do discurso, constituindo-se como uma parte autônoma em relação às formações sociais. É no discurso que Fiorin analisa as determinações sociais que se relacionam com a linguagem.

Para Fiorin, existe no discurso o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. Dessa forma, a sintaxe discursiva faz parte da manipulação consciente, ou seja, a sintaxe discursiva possui uma certa autonomia das formações sociais. Todavia, a semântica depende dos fatores sociais e constitui o campo das determinações inconscientes, “pois o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (FIORIN, 1997, p.19). Assim, pode-se afirmar que o campo de determinação ideológica é a semântica discursiva.

O conceito de ideologia, para Fiorin, está relacionado com a idéia de “falsa consciência”. A “falsa consciência” é formada pelo conjunto de idéias e representações que justificam e explicam a ordem social, bem como as relações que os homens mantêm entre si e suas condições de vida, ocultando a verdade sobre a ordem social. A ideologia é, ao mesmo tempo, constituinte e constituída pela realidade, pois ela não “é um conjunto de idéias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico” (FIORIN, 1997, p.30). Por conseguinte, o discurso cria a imagem do mundo, mas é, ao mesmo tempo, produto social e histórico dele. Tanto para Bakhtin (1981; 1986; 1987; 1988) quanto para Fiorin (1997; 2002) o discurso é influenciado pelas formações ideológicas que constituem a visão de mundo de uma respectiva classe social. Assim, toda formação ideológica constitui uma formação discursiva que ratifica uma determinada visão de mundo.

Dessa forma, nas abordagens estruturalistas apresentadas aqui pode ser observada uma forte influência do pensamento de Karl Marx e sua concepção dialética da história na compreensão dos processos de produção do discurso. A concepção de que o discurso é algo historicamente constituído manifesta-se claramente na obra de Bakhtin e Fiorin. Portanto, tendo-se analisado as principais características do discurso para os estruturalistas aqui apresentados, cabe a agora verificar o que seria o discurso em uma visão pós-estruturalista. Para tanto, será abordada a obra de Michel Foucault como representante do pós-estruturalismo.

### 3 A Morte do Homem no Pós-Estruturalismo

O discurso é, portanto a matéria de Foucault. Discurso movendo-se livremente numa configuração total, como na história da loucura e da medicina; discurso imperialista e excludente, como em *Les Mots et les Choses*; e discurso controlado, co-existindo com o não pré-discursivo no interior de um *corpus* normativo, como na arqueologia. (FOUCAULT, ROUANET; MELQUIOR; ESCOBAR; LECOURT, 1996, p.9)

A análise do discurso na obra de Foucault pode ser verificada em três momentos: o estudo da loucura e do saber clínico; o discurso epistêmico; e a arqueologia. Ao estudar a loucura e a clínica médica Foucault (2003a; 2003b) salienta que o saber sobre a loucura e o saber médico estão intimamente relacionados com os sistemas discursivos e extradiscursivos de uma época, onde discurso é influenciado pelas práticas sociais e as práticas sociais são influenciadas pelo discurso. Já ao analisar o discurso epistêmico das ciências humanas, Foucault (1999a) elimina de seu estudo as práticas extradiscursivas analisando toda uma rede de discursos inter-relacionados, desenvolvendo o conceito de *episteme*. A arqueologia destina-se a pensar a metodologia utilizada pelo próprio Foucault (2002) no estudo do discurso nos dois momentos anteriores.

De uma forma geral, apesar da arqueologia ter um rosto com diversas faces, pode-se afirmar, de forma geral, que Foucault acredita que o discurso constitui e é constituído pelo mundo social. No entanto, Foucault rompe com a posição antropológica tradicional de sujeito, exatamente por acreditar que a antropologia tradicional está diretamente relacionada ao humanismo e que, devido a isso, cria um conceito transcendental de sujeito. Assim, Foucault não enxerga o discurso e o próprio homem como algo pronto, acabado, fixo e estático, nem como possuindo uma essência. Então, o que seria a arqueologia do discurso? Foucault (1996, p.17-19) afirma sobre a arqueologia:

Não é uma teoria na medida, por exemplo, em que eu não sistematizei as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e econômicas, cuja importância foi estabelecida pelo marxismo de uma forma incontestável. Essas relações foram deixadas de sombra. Seria preciso elaborar tais relações para construir uma teoria. [...] Poderíamos perguntar então o que é a *Archéologie*, se não é nem uma teoria nem uma metodologia. Minha resposta é que é alguma coisa como a designação de um objeto: uma tentativa de identificar o nível no qual precisava situar-me para fazer surgir esses objetos que eu tinha manipulado durante muito tempo sem saber sequer que eles existiam, e portanto sem poder nomeá-los. [...] Foi esse ponto de vista que tentei definir na *Archéologie du Savoir*. Trata-se, em suma, de definir o nível particular ao qual o analista deve colocar-se para fazer aparecer a existência do discurso científico e seu funcionamento na sociedade.

Apesar disso, por que a afirmação de que a arqueologia possui diversas faces? Foucault (2003a; 2003b) quando estuda a loucura e as práticas médicas enfatiza um discurso bastante influenciado pelas práticas sociais. Entretanto, quando Foucault (1999a) analisa a emergência das Ciências Sociais, ele passa a dar menor ênfase nas práticas sociais como forma de constituição e análise do discurso, enfatizando o conceito de *episteme*. Portanto, em relação à análise do discurso presente na arqueologia não há um terreno sólido e único do que seria o discurso, mas sim um terreno movediço, onde se pode verificar três formas de análise do discurso: um discurso totalmente dependente das práticas extradiscursivas (práticas sociais); a colocação entre parênteses dessas práticas extradiscursivas para se concentrar a descrição no plano exclusivo do discurso; ou, enfim, a incorporação dessas práticas extradiscursivas à análise, seguindo um método rigoroso, mas ainda dando uma importância maior ao pré-discursivo do que às práticas sociais (extradiscursivas) (FOUCAULT, 1996).

Foucault sente que em sua obra arqueológica existem aspectos que são contraditórios com o seu intento, dos quais podemos citar como sendo relevantes os seguintes aspectos. Primeiramente, o fato de tentar encontrar uma explicação baseada puramente nas práticas sociais para o surgimento de um discurso. Foucault aproxima sobremaneira sua análise àquela do estruturalismo marxista, fortemente baseada na explicação econômica para os fenômenos sociais, visão esta que o filósofo acreditava ser muito reducionista e demasiadamente

generalizante. Segundo, em movimento contrário ao primeiro, Foucault cria a idéia de *episteme* para explicar qualquer discurso e afasta as práticas sociais do processo de formação discursiva, criando um discurso ahistórico, fazendo uma análise que também acaba caindo, de certo modo, em uma perspectiva estruturalista, porém em um estruturalismo quase que transcendental não fundamentado nas práticas sociais e sim na idéia de *episteme*.

Entretanto, o principal intento de Foucault na arqueologia era caminhar em direção a uma análise pós-estruturalista do discurso. Talvez, devido à esse intento observa-se a mudança de direção na arqueologia que começa com a crença nas práticas sociais e, logo em seguida, caminha em direção contrária trazendo o conceito de *episteme*. Assim, é na genealogia que Foucault vai se libertar dessas ambigüidades e criar um conceito pós-estruturalista de discurso. Na tentativa de solucionar os problemas e ambigüidades na análise do discurso apresentada nos três movimentos da arqueologia é que Foucault irá em direção da genealogia. Para entendermos melhor o que é a arqueologia e suas implicações na análise do discurso, temos que entender qual é o papel do sujeito na produção de um discurso para Foucault.

Como Foucault (1996, p.30-31) mesmo afirma, o importante em uma análise do discurso é “saber quais as condições impostas a um sujeito qualquer para que ele possa se introduzir, funcionar, servir de nó na rede sistemática do que nos rodeia”. Foucault não acredita em um sujeito cognoscente e autônomo, conseqüentemente, não acredita em um sujeito criador de discurso. Levando-se isso em consideração, a análise do discurso não tem como objetivo e ponto central a análise que partiria do sujeito para explicar suas relações com o mundo externo. A análise do discurso pretende investigar a existência de certos objetos que se desenvolvem, funcionam e se modificam sem qualquer referência a algo considerado como sendo intuitivo e fundamentado em um sujeito. Assim, os sujeitos se limitam a entrar na análise do discurso, “por portas por assim dizer laterais, no interior de um sistema, que não somente se conserva desde um certo tempo, com sua sistematicidade própria e num certo sentido independente da consciência dos homens” (FOUCAULT, 1996, p.30). Destarte, o discurso tem existência própria sendo independente da existência desse ou daquele sujeito. É na arqueologia que Foucault (1979) intensifica seu combate contra a idéia de sujeito autônomo contida no humanismo e na modernidade e seu rompimento com uma concepção de história contínua e linear.

Lecourt (1996, p. 46) afirma que Foucault faz um ataque a

qualquer teoria do reflexo, na medida em que enxerga no “discurso” a superfície de projeção simbólica de acontecimentos ou processos situados no exterior, na medida em que procura “descobrir um encadeamento causal descritível ponto por ponto, permitindo correlacionar uma descoberta e um acontecimento, ou um conceito e uma estrutura social”, na medida, em suma, em que repousa sobre um fundamento “empirista” ou “sensualista”, qualquer teoria de reflexo, assim definida, pressupõe como “ponto fixo” a categoria do sujeito, e é suspeita, desde o início, de antropologismo [...]. Mais surpreendente ainda: a categoria de autor, que no entanto parece bastante concreta e evidente, é rejeitada. O autor é simplesmente a qualificação literária, científica ou filosófica de um “sujeito” definido como “criador”. O “livro”, portanto, é uma unidade construída ingênua e arbitrariamente, que nos é imposta, de forma imediata e irreflexiva, pelas ilusões da geometria, pelas regras da impressão e por uma tradição literária suspeita. O “livro” deve, pois, ser considerado não como a projeção literal e mais ou menos racionalizada de um sujeito portador e instaurador de sentido, mas como um “nó de rede”.

Baseando-se nesses princípios, Foucault (2003c) irá analisar o discurso seguindo dois conjuntos. O primeiro conjunto, denominado pelo autor de crítico, coloca em prática o princípio da inversão, caracterizando-se por buscar formas de exclusão, de limitação, de apropriação do discurso, ou seja, analisar por quais interesses e necessidades os discursos se formam, como se modificam e se deslocam, e qual força esse discurso exerce. No segundo conjunto, denominado por Foucault de conjunto genealógico, tem o intento de pôr em prática os princípios presentes no conjunto crítico: “como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 2003c, p.60-61). Para entendermos melhor como o conjunto crítico e genealógico se articulam, devemos entender como Foucault percebe alguns conceitos, dentre eles se destacam: acontecimento discursivo; enunciado; prática discursiva; formação discursiva; e ruptura.

Lecourt (1996), em sua análise sobre a obra de Foucault, aborda e explica com clareza o que seriam alguns desses conceitos. Primeiramente, o **acontecimento discursivo** nos remete a uma forma de se entender a própria dinâmica da vida, pois uma vez eliminadas todas as formas de continuidade da história e, conseqüentemente, da vida, a ordem cronológica da história é quebrada e todo um domínio é liberado. Esse domínio passa a ser algo imenso, contudo, definível, sendo constituído por todo o conjunto de todos os enunciados, sejam eles falados ou escritos, em toda a sua dispersão de acontecimentos. Antes de encontrarmos uma verdade discursiva em uma ciência ou em romances, todo o material deve ser analisado como sendo de uma população de acontecimentos no espaço discursivo em geral e não de um indivíduo. O **acontecimento discursivo** permite determinar as relações entre os diversos enunciados entre si, entretanto, sem nenhuma referência à consciência de um ou vários autores, mas sim às relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de ordem técnica, econômica, social, política, geográfica, etc.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p.29) entendem que o acontecimento discursivo para Foucault “se define em relação à inscrição do que é dito em um momento determinado em *configurações de enunciados*”, ou seja, todo acontecimento discursivo está dotado de uma perspectiva histórica. Assim, o acontecimento discursivo permite que todo acontecimento da vida se traduza em uma linguagem específica e essa linguagem é capaz de formular a experiência ao mesmo tempo em que permite a elaboração de procedimentos para individualizá-la. “A ênfase é colocada, assim, no processo complexo de transformação de uma situação em um acontecimento discursivo; portanto na singularidade universal dos pontos de vista individuais constitutivos do caráter de acontecimento desse processo” (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.29). Conseqüentemente, o acontecimento discursivo não tem sua origem em um encadeamento causal, no sentido em que nem todo acontecimento histórico gera um evento discursivo. Desta forma,

o lugar discursivo do acontecimento decorre mais de uma apresentação subjetiva do que de uma representação *a priori*: sua maneira de ser lhe é imanente, irredutível, portanto, a toda situação histórica. [...] Estamos, nesse caso, o mais distante possível do que convém denominar o evento de comunicação, significado por um processo discursivo, portanto, sem significação própria, sem fenomenalidade, que se impõe ao sujeito, despossuindo-o de sua capacidade interpretativa (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.30).

A intenção de caracterizar a unidade elementar do acontecimento discursivo faz com que Foucault proponha a idéia de enunciado. Assim, para que um determinado processo lingüístico possa ser estudado e analisado como sendo um enunciado, o mesmo deve ter uma

existência material, sendo a materialidade uma condição constitutiva do próprio enunciado. Assim, torna-se necessário que o enunciado tenha substância, suporte, local e data (LECOURT, 1996). Um enunciado não deve ser considerado como algo ou como acontecimento que teria sido produzido em um tempo e lugar determinados, como sendo um ato de memória, “mas vê-se que não é, tampouco, uma forma ideal que se pode sempre atualizar e um corpo qualquer, em um conjunto indiferente e sob condições materiais que não importavam” (FOUCAULT, 2002, p.120).

Dessa forma, para Foucault (2002), o **enunciado** é a unidade elementar do discurso. Para ele os enunciados não existem somente quando existe uma língua e todas as suas regras. Caso não existisse um **enunciado**, uma língua também não existiria, entretanto, nenhum **enunciado** depende da língua para existir. A linguagem (língua) “só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustivas) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (FOUCAULT, 2002, p.96-97). Foucault ainda afirma que o enunciado não tem o mesmo gênero da frase, pois “não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objetivo material poderia ser, tendo seus limites e sua independência” (FOUCAULT, 2002, p.98).

Desse modo, o **enunciado** não é uma unidade elementar que viria a somar, a complementar ou a misturar-se com a lógica e nem com as unidades descritivas pela gramática. O **enunciado** não pode ser isolado como uma frase, um ato de formulação ou uma preposição, ou seja, quando se descreve um enunciado não se está isolando e caracterizando um segmento horizontal, mas se está definindo as condições nas quais se realizou a função que o deu uma série de signos e existência específica. Esses signos não necessitam ser gramaticais e nem logicamente estruturados (FOUCAULT, 2002). Assim, o discurso não se define independente das relações que o formam, ou seja, o discurso é uma prática, ou melhor, é uma prática discursiva.

O que há de mais enfático na “Arqueologia do Saber” (FOUCAULT, 2002) é a intenção de instituir, utilizando-se o nome de **formação discursiva**, uma teoria materialista e histórica das relações e das formações do saber. A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e completamente reformulada por Pêcheux ( ). Foucault, com o conceito de **formação discursiva** “procurava contornar as unidades tradicionais como ‘teoria’, ‘ideologia’, ‘ciência’, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). A **ruptura** é o nome dado às transformações que incidem sobre o regime geral de uma ou diversas formações discursivas. Para Foucault (1979), a história é descontínua, feita de rupturas e discontinuidades. Rouanet (1996, p.111) entende que a intenção de Foucault em construir uma história descontínua é exatamente para excluir da história qualquer antropocentrismo, pois a “sucessão das fases obedece a uma legalidade puramente discursiva, sem qualquer referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora. A história descontínua nega todo projeto, divino ou humano [...]”.

Portanto, uma vez apresentados os principais conceitos contidos na arqueologia, resta agora analisar como a análise do discurso, chamado aqui de estruturalista, se relaciona com o pós-estruturalismo de Foucault. Assim, nos perguntamos; quais são suas similaridades? Quais são os seus pontos divergentes? O que os afasta e os une ao mesmo tempo?

#### 4 A Noite Todos os Gatos são Pardos

A análise de discurso de Bakhtin e de Fiorin e aquela da obra de Foucault apresenta algumas semelhanças. Dentre elas se pode destacar a crença na constituição histórica do homem e do discurso. Além disso, para ambas, o discurso é um fenômeno social e não uma capacidade individual da qual o sujeito seria fonte e produtor de seu próprio discurso. Assim, tanto os primeiros autores apresentados quanto a arqueologia não atribuem ao indivíduo a capacidade de gerar o discurso, mas que o discurso de alguém é um discurso socialmente produzido por múltiplas vozes.

Assim, a subjetividade desloca-se do sujeito e é vista como um efeito de linguagem. O sujeito é produzido, para Foucault (2004b), pelas verdades de uma época onde os discursos e sujeitos são constituídos por uma relação poder-saber, sendo que, para Bakhtin (1986; 1987; 1988) e Fiorin (1997), o sujeito é produzido pela ideologia dominante. Entretanto, em todas essas análises existe uma coisa em comum, presente em ambas: a morte do homem como ser autônomo e produtor de discurso.

Outro ponto em comum é que os três autores pensam o mundo como uma totalidade concreta e se opõe a qualquer concepção metafísica dos fenômenos sociais, pois a metafísica transforma o real em categorias independentes e particulares. Costa (2000) afirma que a metafísica intenta isolar cada aspecto do complexo social, ou seja, transformar o fenômeno social em abstração para estudá-lo em relação aos outros aspectos de modo casual e mecânico. Assim, os autores combatem tal prática e a consideram reducionista e sem nenhuma relação com o mundo concreto, pois ambas vão caminhar na estrada do imanente.

Sendo a análise do discurso presente nas duas correntes aqui abordadas da ordem do imanente, elas irão se dedicar ao estudo das práticas sociais. Portanto, Foucault (2002) e os demais autores enfatizam em seus estudos a análise das práticas sociais para se entender a produção discursiva. Entretanto, apesar da análise das práticas sociais ser um ponto de convergência, também o é um ponto de diferença, principalmente sobre a análise de um aspecto dessas práticas: a ideologia.

Assim, esses pontos marcantes em comum nos levam a enxergar a análise do discurso contida nessas correntes como algo semelhante. Às vezes a dificuldade em se analisar correntes de pensamento complexas faz com que vejamos e tendamos a pensar que “todos os gatos são pardos”, ou seja, que ambas falam de uma mesma coisa e que a diferença entre elas seriam apenas questões pontuais. Contudo, se formos colocar um pouco mais de luz no assunto veremos que as diferenças não são tão pontuais quanto parecem ser.

O primeiro aspecto que afasta a análise do discurso foucaultiana é a consideração da ideia de ideologia e de práticas sociais presente nos outros autores. Foucault (1999b, p.40) afirma que já descreveram “uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc. Mas, na base, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias”. Dessa forma, Foucault (1999b) enxerga a ideia de ideologia algo muito reducionista e não trabalha com tal conceito em sua análise do discurso, substituindo-a pelo saber. Segundo o filósofo, o que se deve analisar são os

instrumentos afetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em

circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos (FOUCAULT, 1999b, p.40).

Portanto, quando analisa as formações discursivas Foucault procurava não utilizar as unidades e conceitos tradicionais de teoria, ideologia e ciência para definir conjuntos de enunciados que estão associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas (CHARAUDEAU; MAINGENEAU, 2004). Narvaz *et al.* (2006, p.9) afirmam que para Foucault o discurso é constituído por espaço heterogêneo e repleto de dispersão. Dispersão essa que se manifesta nos objetos, nas temáticas e nas teorias, sendo que o que “atribuiria uma suposta unidade a um discurso, [...] não seria a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias ou conceitos hegemônicos”, mas sim o jogo de relações entre temáticas, teorias, objetos, conceitos. Assim, cabe à análise do discurso apenas descrever essa dispersão para tentar compreender as regras comuns que regem a formação dos discursos, identificando a formação discursiva. Foucault (2002; 2003c) busca analisar as diferentes formações discursivas a partir das suas emergências, não procurando encontrar a ideologia contida nas formações discursivas. Narvaz *et al.* (p. 15, 2006) afirmam que, para Foucault,

os discursos são práticas sociais – práticas discursivas entendidas como regras anônimas, constituídas no processo histórico, determinadas no tempo e no espaço. O sujeito que conhece, os objetos que conhece e as modalidades de conhecimento são efeitos das implicações do poder-saber e de suas transformações históricas, ao invés de efeitos diretos do interpelamento ideológico.

De forma oposta, para Bakhtin (1986) e Fiorin (1997), o conceito de ideologia é fundamental para a análise do discurso e das práticas sociais. A ideologia exerce um papel preponderante no discurso, como se viu na obra destes autores, enquanto para Foucault ela é abandonada, pois ele (FOUCAULT, 1999b) não procura e nem se interessa em revelar ideologias. Para ele não há nada a ser revelado ou descoberto, uma vez que acredita que a ideologia seria produtora de uma falsa verdade que mascararia a realidade. Isto fica claro ao considerarmos que a corrente simbolizada por Bakhtin e Fiorin possuem uma forte influência de Karl Marx, vendo-se, assim, o discurso como o local de manifestação da ideologia. Já Foucault foi influenciado fortemente pela obra de Nietzsche onde a ideologia não exerce um papel fundamental. Porém, como se viu até aqui, este comentário não pretende reduzir as diferenças entre os autores aqui comparados em uma afirmação apenas, mas apontar uma possível origem para distanciá-los no uso do conceito de ideologia.

Para Bakhtin (1986) a palavra existe tanto na infra-estrutura como na superestrutura, mas ela não é a infra e nem a superestrutura, contudo possui um valor social que se insere no domínio da ideologia localizado na superestrutura. Para Bakhtin (1986) e Fiorin (1997) ideologia é tudo que se refere às manifestações culturais que estão relacionadas a uma determinada classe social, ou seja, a ideologia manifesta a luta de classes. Costa (2000) diz que em Marx não há um único conceito de ideologia, mas um conceito denominado de negativo e outro de neutro pelo autor. O conceito negativo de ideologia é o de que a ideologia seria falsa consciência, tendo em vista que produz interpretações distorcidas e que encobrem a realidade. O conceito positivo liga a ideologia aos interesses de classes, havendo uma ideologia proletária e uma ideologia das classes dominantes. Assim,

com relação a linguagem, podemos observar que os dois conceitos de ideologia são pertinentes para a teoria marxista da linguagem. Quando o conceito negativo é usado, diz-se que a linguagem manifesta a ideologia. Quando o conceito neutro é utilizado, além disso, diz-se que o ideológico condiciona o lingüístico ou simplesmente está na linguagem (COSTA, 2000, p.43).

Por fim, a análise do discurso em Bakhtin (1986, 1988) e Fiorin (1997) tem uma forte relação com o econômico, pois para eles a linguagem tem intensas ligações com a ideologia que, por sua vez, se situa no campo da superestrutura. Contudo, as classes sociais e o campo ideológico (superestrutura) são constituídos em função das possibilidades de um campo econômico (infra-estrutura) nos autores. Foucault evita um economicismo em suas análises e enfatiza a constituição de diversos saberes, saberes heterogêneos na produção do discurso, sendo que essa produção de verdade não tem o econômico como fator principal. Rouanet (1996) salienta que Foucault pensa o discurso distintamente do marxismo que vê no discurso a voz pura e simples da infra-estrutura econômica, ou seja, Foucault rebela-se contra o dogma em se enxergar nas formações discursivas o reflexo das formações sociais das quais emergiram.

## 5 Considerações Finais

A análise do discurso é algo múltiplo e heterogêneo, assim, existem diversas “análises” do discurso. Este artigo propôs discutir o que seria análise do discurso para Bakhtin e para Fiorin e no pós-estruturalismo de Foucault. É claro que existem autores que não foram aqui citados e que se aproximam das duas vertentes. O mais importante é lembrar que mesmo os autores que dialogam com Bakhtin, tal qual Fiorin, não se aproximam dele de modo homogêneo. Seria possível dizer que Bakhtin, enquanto um precursor de várias modalidades de analisar o discurso, influenciou campos como a Linguística Crítica, representada por diversos outros autores que manifestam uma heterogeneidade semelhante àquela do campo da análise do discurso como um todo. Aliás, apesar de nos referirmos a somente um autor no pós-estruturalismo, tal heterogeneidade também se observa na obra de Foucault.

Embora existam diversos pontos em comum, cremos que esses pontos são devido às preocupações produzidas por um contexto histórico similar no qual essas correntes emergiram. Contudo, as soluções encontradas para se entender o que é o discurso e o que o constitui foram divergentes. Uns se agarraram na ideologia e Foucault nos saberes para analisarem a formação discursiva de uma época.

Assim sendo, a arqueologia é um ato de denominação que teria o efeito de constituir conjuntos de enunciados que constroem um segmento de saber em um espaço-tempo ao qual convencionou-se chamar de arquivos. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), ao usar a palavra arqueologia Foucault (2002) faz uma dupla captura terminológica que afasta as palavras de sua utilização habitual: arqueologia é a seleção e a descrição do arquivo, sendo que esses arquivos não se referem aos textos acumulados por uma civilização, mas sim ao jogo das regras que fazem com que em uma cultura, surjam, permaneçam e desapareçam enunciados que existem como acontecimentos e como coisas.

Após a tentativa de uma análise arqueológica dos discursos formadores de um saber anônimo, Foucault (1979) vira-se para a genealogia dos poderes e para o cuidado de si. Isso ocorre porque Foucault passa a entender que as práticas culturais eram mais indispensáveis que as formações discursivas, sendo que a importância dos discursos só pode ser compreendida no momento em que se integram ao processo de desenvolvimento histórico da sociedade (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Já para a Bakhtin e Fiorin, o complexo social é formado e constituído pela estrutura econômica, pois ela forma a unidade e a conexão de toda esfera social, sendo que, desta

forma, o fenômeno lingüístico não pode ser estudado fora dessa unidade. Os autores concebem a realidade como algo complexo e constituído pela estrutura econômica e, conseqüentemente, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem com os meios de produção e com a própria produção. Assim, a linguagem é vista como um fenômeno social inseparável da concepção materialista da história e revela de forma nítida o fenômeno ideológico (COSTA, 2000).

O importante é entender que a análise do discurso é um movimento que nasce dentro de um determinado contexto intelectual de uma época e tem como principal objetivo quebrar a idéia de uma ciência neutra, fundadora e descobridora da verdade, ou seja, a análise do discurso (especificamente as linhas aqui explicitadas) emerge em um contexto histórico em que os modelos de ciência e de educação formais são repensados e, desta forma, foi possível trazer grandes contribuições das vertentes aqui analisadas para esta discussão.

Como já afirmado antes, Gill (2002) assevera que a análise do discurso foi uma crítica ao positivismo que emergiu do prodigioso impacto do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Por isso mesmo, a análise do discurso tem uma base epistemológica bastante diversa de outras metodologias (que é o modo como ela é vista nos Estudos Organizacionais). Contudo, para a autora existem características-chave das diversas perspectivas de análise do discurso. Essas características seriam:

- Postura crítica a um conhecimento considerado como dado, aceito sem qualquer questionamento, e uma profunda descrença de que nossas observações do mundo nos revelam sua natureza autêntica e a verdade;
- A forma que todos nós compreendemos o mundo é historicamente constituída e culturalmente específica e relativa;
- Uma forte atribuição aos estudos das práticas (vale ressaltar que, conforme visto, cada autor tem uma idéia específica em sua obra do que seria essa prática e que, assim, o conceito de prática social não é único) de forma a explorar as maneiras como os conhecimentos, as construções sociais, os fenômenos e os problemas estão ligados a essas práticas.

Bakhtin e Fiorin, e mesmo Foucault, não acreditam que o sujeito é detentor, produtor e criador do discurso, pois todo discurso é um ato social e não individual. Portanto, para os primeiros, os sujeitos que participam do processo de interação lingüística são sujeitos assujeitados pela ideologia, sendo que, assim, todo ato de enunciação é ideológico. Para Foucault o discurso é constituído por uma rede saber-poder contida nos jogos de verdades, portanto, os sujeitos e, conseqüentemente, seus discursos, são constituídos por essa rede.

Dessa forma, independentemente da corrente de análise do discurso que o pesquisador trabalhe, o mesmo está fazendo uma opção por trilhar por um caminho onde não existem verdades *a priori*. Aliás, as verdades não existem, mas fazem parte de um grande jogo discursivo constituído pelas relações de poder para os pós-estruturalistas ou pela ideologia para autores como Bakhtin e Fiorin, jogo discursivo este do qual a própria ciência não está imune.

#### Referências:

ALVES, M. A.; GOMES, M. V. P.; SOUZA, C. M. L. Análise do discurso no Brasil: será ela crítica? XXX Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. *Anais...* Salvador, 30, 2006. Salvador: ANPAD, 2006.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de Rabelais**. São Paulo: Hucitec/UNB, 1987.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

CAVEDON, N. R. Os saberes produzidos no cotidiano. In: CAVEDON, N. R. (Org.). **Representações sociais na área de gestão em saúde**. Porto Alegre: Dacasa, 2005.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. da S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 14, jan./jul. 2005.

CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. Os discursos ambientais nas organizações: o caso de uma empresa de telefonia. Em: XXIX Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Brasília, 29, 2005. Brasília: ANPAD, 2005a.

CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D.; SILVA, A. R. L.; ABADE JUNIOR, C. B. De “Woodstock Mineira” a “Camelódromo”: percurso semântico da transformação da identidade em uma feira. XXIX Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Brasília, 29, 2005. Brasília: ANPAD, 2005b.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, N. B. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. **D.E.L.T.A.**, v. 16, n. 1, p.27-54, 2000.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.
- FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003b.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003c.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.
- GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HODGE, R.; KRESS, G. **Social semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- ISCHIKAWA, E. Y.; ICHIKAWA, L., M. O sujeito moderno sob o olhar “pós-moderno”: as contribuições da análise de discurso produzida no contexto francês para os estudos organizacionais. XXX Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Salvador, 30, 2006. Salvador: ANPAD, 2006.
- KRESS, G.; HODGE, R. **Language as ideology**. London: Routledge, 1979.
- LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. v.11.
- LECOURT, D. A arqueologia e o saber. In: FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- NARVAZ, M. G.; NARDI, H. C.; MORALES, B. Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. **Revista Psicologia Política**, v. 06, n.12, 2006.
- POTTER, J. Discourse analysis and constructionist approaches: theoretical background. In: RICHARDSON, J. **Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences**. Leicester: British Psychological Society, 1996.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; GARCIA, A. Pesquisa pós-moderna: a fragmentação e o devir no campo organizacional XXX Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Salvador, 30, 2006. Salvador: ANPAD, 2006.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.

ROUANET, S. P. A gramática do homicídio. In: FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.